

1 **Ata da 9ª Reunião Ordinária do CMPC Joinville. 18 de fevereiro de 2014 - Sala 08 - Centro de**
2 **Convenções Alfredo Salfer.**

3 Aos dezoito dias do mês de fevereiro de dois mil e quatorze, as quatorze horas, na sala oito do Centro de
4 Convenções Alfredo Salfer, no Centreventos Cau Hansen, em Joinville, SC, realizou-se a nona reunião
5 ordinária do Conselho Municipal de Política Cultural de Joinville (CMPC-JlIe/Gestão 2012-14), conforme
6 convocação da diretoria, Presidente Ilanil Coelho e Vice-Presidente Heidi Bublitz Schubert, para tratar da
7 seguinte ordem do dia: 1) Prêmio Mérito Cultural; 2) Custos administrativos SIMDEC; 3) Participação do
8 Conselho Municipal de Política Cultural no SIMDEC; 4) Calendário das reuniões ordinárias do CMPC em
9 2014; 5) Informes gerais.

10 A presidente Ilanil Coelho iniciou a reunião justificando a ausência dos conselheiros Sueli Brandão, Walter
11 Guerreiro e Patrícia Zimmermann e, em seguida, foi submetida à Plenária as alterações da ata referente à
12 reunião ordinária anterior. Alterações aprovadas. Foi dado início à ordem do dia com o primeiro item de
13 pauta: Prêmio Mérito Cultural. A conselheira Iraci Seefeldt iniciou a apresentação fazendo a leitura do
14 relatório do Grupo de Trabalho Prêmio Mérito Cultural. A presidente Ilanil sugeriu que as
15 instituições/associações/agremiações que poderão indicar nomes para concorrer ao prêmio, encaminhem
16 uma lista com, no mínimo, 20 assinaturas do coletivo. Sugestão aprovada pelo Conselho. A sugestão dada
17 à banca avaliadora foi de que seja composta por 2 membros do Conselho, 2 membros da Fundação Cultural
18 e 5 membros eleitos por chamada pública. Foi definido que o Grupo de Trabalho deve ser alterado para
19 Comissão Temática Prêmio Mérito Cultural e sugerido que o Conselho tomará conhecimento dos resultados
20 do prêmio antes de ser divulgado. Joel Gehlen propôs um cronograma para abertura de inscrições,
21 lançamento e entrega do prêmio. Houve dúvidas acerca do tempo hábil para cumprir os prazos de
22 elaboração e encaminhamento do decreto para instituir o prêmio. Foi aprovada a data de 24 de março como
23 data de instituição do prêmio. Em seguida, foi solicitado pela presidente Ilanil para que Joel Gehlen fizesse
24 um relato a respeito da área de atuação e quem foi Liselotte Trinks, nome sugerido a ser dado ao prêmio
25 em questão. Houve questionamentos e críticas acerca do nome sugerido. A presidente disse não lembrar
26 que a plenária tivesse aprovado o nome do Prêmio e indagou o grupo sobre isto. Iraci informou que a
27 denominação do prêmio seria decidida em plenário. Joel disse que a denominação do prêmio já havia sido
28 aprovada. Diante do impasse optou-se por levantar nas atas anteriores o que foi discutido e aprovado sobre
29 a matéria, optando-se por acatar a decisão conforme o registrado em ata. Em seguida, foi dado início ao
30 segundo ponto de pauta: SIMDEC – Custos Administrativos. A coordenadora do SIMDEC, Carla dos
31 Santos, relatou que, conforme previsto na lei, há uma distribuição dos recursos do Fundo dentro do
32 percentual de 10 a 20% para custos administrativos do SIMDEC, recursos estes que até agora foram
33 utilizados somente para o pagamento de membros das bancas avaliadoras e este ano a Fundação Cultural
34 pretende utilizar estes recursos para a realização de oficinas, cursos e palestras. Para este fim, foi solicitado
35 à Procuradoria Geral do Município em dezembro de 2013 um parecer acerca do que poderia ser classificado
36 como custo administrativo. A Procuradoria encaminhou resposta e solicitou que fosse submetido ao
37 Conselho e fosse encaminhada uma resolução. Os itens que poderiam ser classificados como custos
38 administrativos são os seguintes: locação de equipamentos, equipe de apoio administrativo, aluguel de
39 veículos, diárias, consultorias, material de escritório, serviço de informática, serviço de impressão, gráfica e
40 divulgação, treinamento, assessoria contábil, assessoria jurídica e serviços de terceiros. Custos
41 administrativos aprovados pelo Conselho e, conseqüentemente, elaboração da resolução pelo Conselho.
42 Inicia-se o outro ponto de pauta e ainda com a palavra, a coordenadora do SIMDEC, Carla dos Santos, a
43 qual relatou que o setor do SIMDEC foi provocado a questionar a participação de membros do conselho em
44 projetos encaminhados ao SIMDEC, pois o conselho estaria legislando em causa própria e a Procuradoria
45 constatou tratar-se de ato ilegal. Em seguida, a vice-presidente Heidi Bublitz Schubert solicitou a projeção
46 no telão do quadro de presença das reuniões da Comissão Temática SIMDEC e relatou que alguns
47 membros participaram pouco ou não participaram destas reuniões e que a Fundação Cultural convocou
48 munícipes não membros da comissão temática, deixando aberto à participação de munícipes ligados ao
49 setor cultural às reuniões da referida comissão. Sobre o parecer da Procuradoria questionando a
50 participação de membros do conselho em projetos encaminhados ao SIMDEC, o que configuraria o ato dos
51 conselheiros de legislar em causa própria, a conselheira Iraci Seefeldt defendeu que a Fundação Cultural
52 deve fornecer amparo jurídico a fim de dar suporte à questão de forma a defender os conselheiros. Relatou
53 também que um Grupo de Trabalho do Conselho não vai possuir embasamento teórico jurídico para defesa

54 e que somente um profissional da área jurídica teria condições de realizar este trabalho. A presidente Ilanil
55 solicitou à nova diretora-executiva da Fundação Cultural, Dolores Tomaselli, que fosse providenciada a
56 contratação do serviço de um profissional da área jurídica para dar amparo à questão. A coordenadora do
57 SIMDEC, Carla dos Santos, informou que a Fundação não pode fazer esta contratação e que somente a
58 Procuradoria Geral do Município pode fornecer amparo jurídico à Fundação Cultural. Foi comentado de que
59 se poderia procurar este apoio jurídico através de uma consulta ao próprio Ministério Público ou em
60 instituições e órgãos como o Fórum, OAB dentre outros. A presidente Ilanil tomou a função de verificar com
61 o escritório jurídico da Univille um parecer do que pode ser feito para ser apresentado na próxima reunião.
62 Em seguida foi iniciado outro ponto de pauta, Calendário de Reuniões Ordinárias do CMPC para 2014, para
63 serem definidas as datas das reuniões, função esta que foi delegada ao secretário Marcelo Rizzatti para ser
64 elaborado e repassado aos conselheiros. A presidente Ilanil solicitou à Fundação Cultural para que fossem
65 oferecidas oficinas de capacitação para os novos conselheiros até agosto de 2014 acerca do conjunto de
66 legislação, sistema nacional de cultura, atribuições do conselho, procedimentos para irem se familiarizando
67 com o funcionamento do conselho. Solicitou também que na próxima reunião do CMPC fosse elaborado o
68 calendário dos Fóruns Setoriais de 2014. Dando andamento à reunião, especificamente dentro dos Informes
69 Gerais, a presidente Ilanil questionou acerca da retirada das informações do conselho no sítio da Fundação
70 Cultural. O conselheiro Ruy Ferrari relatou que o sítio está passando por uma remodelação geral
71 coordenada pela Secretaria de Comunicação da Prefeitura Municipal de Joinville e o retorno das
72 informações deverá ser providenciado. O conselheiro Maycon dos Santos também fez uso da palavra para
73 agradecer em nome do setor da dança pelo retorno positivo do poder público com relação à demanda por
74 um espaço físico na cidadela cultural embora ainda hajam alguns questionamentos com relação à qual será
75 o espaço (sala ou galpão) e de quando estará disponível para uso e execução de um projeto da gestão
76 anterior para reforma ou adaptação do espaço. Em seguida, o gerente de difusão cultural da Fundação
77 Cultural, Guilherme Gassenferth, relatou que a fundação entende que a cidadela cultural deverá ser um
78 espaço integralmente destinado à cultura e que está sendo cogitada a instalação de um café ou chopperia
79 para levar público e agregar valor ao local. Comentou inclusive que deverão ocorrer reuniões com os
80 interessados em ocupar espaços na cidadela para se ouvir as demandas dos setores culturais e quais serão
81 os espaços de forma a pensar e decidir em conjunto com o poder público e sociedade civil. O conselheiro
82 Maycon ainda questionou a respeito do percentual de repasse ao SIMDEC em 2014 conforme prevê a lei e
83 também com relação a obtenção de maiores esclarecimentos sobre os convênios (pontos de cultura,
84 agentes de leitura e projeto Arte por Toda a Parte). A presidente Ilanil solicita que esses pedidos de
85 informação sejam incluídos na pauta da próxima reunião. Finalmente, a nova diretora-executiva da
86 Fundação Cultural, Dolores Tomaselli, se apresentou a todos os presentes, parabenizou o CMPC pelo
87 trabalho realizado e frisou que seu gabinete está aberto para esclarecimentos, respostas e diálogo no
88 sentido de demonstrar interesse a trabalhar de forma colaborativa. Sem mais nada a ser tratado, a
89 presidente Ilanil agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião, que foi secretariada por
90 Marcelo Rizzatti, que assinam a lista de presença, anexa, juntamente com os Conselheiros presentes.

ATA